

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

1 Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 13h48min,
2 em segunda convocação, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de
3 Assistência Social – CMAS de Londrina, de forma presencial, no auditório da Secretaria
4 Municipal de Assistência Social, situado na Avenida Juscelino Kubitscheck, nº 2.896,
5 Centro, Londrina – Paraná. A reunião foi conduzida pela Presidente do CMAS, Josiani
6 Severino dos Santos Nogueira, a reunião contou com a presença dos seguintes
7 conselheiros: Tatiana de Oliveira Stechi, Cláudia Lanzzone, Ana Maria do Nascimento,
8 Ana Cristina Gois Fuentes, Josiani Severino dos Santos Nogueira, Jenifer Araújo Barroso
9 Bilar, Poliana de Paula Amâncio, Gleycielle Tamires Kawana dos Santos, Roseli
10 Rodrigues de Souza, Cássia Talita Terciotti Moretti, Luciana dos Santos Coronato,
11 Danielle Godoi A. Rodrigues, Isabela de Barros Vilas Boas, Neverton Noia da Silva, Ana
12 Beatriz S. Pimentel, Fabrícia Lais Pigaiani, Denise Maria Fank de Almeida, Pamela
13 Rachel Gonçalves Alves, Rita de Cássia Lemos Barboza, Carlos da Silva e Cleide Oberle.
14 Participaram ainda, na condição de convidados e participantes, Maria Vitória J. da Silva,
15 Aparecida Giovana Gonçalves, Elza Coutinho Grigonis, Elaine C. Costa, André Luis
16 Barbosa, Ana Júlia Gomes e Joanne F. Araújo. A Presidente deu início aos trabalhos,
17 apresentando a pauta previamente encaminhada aos conselheiros, composta por 1.
18 Apreciação e aprovação da pauta; 2. Aprovação das atas das reuniões ordinárias
19 realizadas nos dias 26 de agosto e 9 de setembro de 2026; 3. Apresentação e deliberação
20 sobre a adequação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS 2026; 4.
21 Indicação de conselheiro para participação na Rede Municipal de Enfrentamento à
22 Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra as Mulheres – RMEVCM; 5. Relatos das
23 Comissões, da Mesa Diretora e dos usuários. A Presidente esclareceu que o item referente
24 ao PAS dependeria de quórum e que, por essa razão, os assuntos seriam conduzidos
25 conforme a presença dos conselheiros, deixando esse ponto para ser apreciado quando
26 houvesse quórum suficiente. Submetida à votação, a pauta foi aprovada. Na sequência,
27 foram colocadas em apreciação, separadamente, as atas das reuniões de 26 de agosto e 9
28 de setembro de 2026. A Presidente indagou se havia sugestões, correções ou
29 manifestações dos conselheiros, não havendo propostas de alteração. As duas atas foram

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 submetidas à votação e aprovadas pela plenária. Dando continuidade, a Presidente passou
31 aos relatos das Comissões, concedendo a palavra à conselheira Ana Maria, que apresentou
32 relato da Comissão de Inscrição. Ana Maria informou que a Comissão havia realizado
33 nova avaliação do plano apresentado pela organização da sociedade civil ORAR, que
34 pleiteava inscrição no CMAS, incorporando as considerações e alterações apontadas
35 durante visita realizada anteriormente. Informou que, mesmo após as adequações
36 apresentadas pela instituição, permaneceram dúvidas para a Comissão, razão pela qual
37 foram solicitados novos esclarecimentos antes da elaboração do parecer definitivo a ser
38 submetido à plenária. Ana Maria explicou que a Comissão vinha acompanhando de forma
39 mais detalhada esse processo porque havia questionamentos apresentados pela
40 Defensoria Pública e porque a organização teria possibilidade de atender o antigo
41 Programa Nova Trilha, voltado à população em situação de rua, cuja demanda havia sido
42 apresentada pelo Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua de Londrina ao
43 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Esclareceu ainda que o pedido de
44 inscrição permanecia em análise e que haviam sido apontadas diversas adequações, não
45 apenas relacionadas ao plano de trabalho, mas também à situação cadastral e ao CNPJ da
46 organização, necessárias para que pudesse atuar de acordo com a política de assistência
47 social. Questionada sobre a existência de prazo para que a instituição apresentasse as
48 adequações solicitadas, Ana Maria informou que a Comissão havia encaminhado os
49 apontamentos e que, embora não se recordasse naquele momento se havia estabelecido
50 prazo formal, normalmente era concedido período para manifestação da organização.
51 Após os esclarecimentos, a Presidente agradeceu Ana Maria pela apresentação e já iniciou
52 o relato da Mesa Diretora do CMAS, apresentando a resposta encaminhada pela
53 Secretaria Municipal de Assistência Social acerca da diferença entre os valores da
54 proposta orçamentária para 2027 discutidos no Conselho e aqueles posteriormente
55 apresentados na audiência pública da Lei Orçamentária Anual de 2027. A Presidente
56 lembrou que o Conselho havia apreciado anteriormente proposta no valor de
57 aproximadamente R\$ 134 milhões, enquanto, na audiência pública realizada em 31 de
58 agosto de 2026, havia sido apresentado valor de aproximadamente R\$ 132 milhões.

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

59 Relatou que, na ocasião da audiência, a conselheira Ana Cristina havia questionado a
60 diferença e recebido como resposta que poderia se tratar de erro de digitação.
61 Considerando que posteriormente o CMAS foi informado que o valor encaminhado à
62 Câmara Municipal correspondia ao montante inferior, o Conselho solicitou
63 esclarecimentos formais à Secretaria Municipal de Assistência Social. Foi então
64 apresentada a resposta da SMAS, segundo a qual, inicialmente, em 21 de agosto de 2026,
65 havia sido encaminhada proposta orçamentária para 2027 considerando os valores
66 apreciados pelo CMAS e as necessidades identificadas pela política municipal de
67 assistência social, inclusive aquelas relacionadas à retomada de serviços e programas
68 estratégicos. Naquele momento, teria sido encaminhado o valor de R\$ 131.870.000,00
69 em recursos de fonte livre, acrescido de R\$ 6.109.000,00 de recursos de fontes vinculadas,
70 totalizando R\$ 137.979.000,00. Posteriormente, no processo de consolidação da proposta
71 orçamentária municipal, a SMAS teria sido solicitada pela Secretaria Municipal de
72 Planejamento, Orçamento e Tecnologia - SMPOT a adequar sua planilha ao limite
73 orçamentário disponibilizado ao órgão. Em razão disso, os valores foram ajustados e, em
74 24 de agosto de 2026, reencaminhados no montante de R\$128.764.000,00 em recursos
75 livres, mantidos R\$ 6.109.000,00 em recursos vinculados, totalizando R\$134.873.000,00.
76 A SMAS informou que esse último valor correspondia à proposta ajustada encaminhada
77 para fins de consolidação da proposta orçamentária. Quanto ao valor apresentado na
78 audiência pública, a Secretaria informou que havia tomado conhecimento de que o
79 montante apresentado para a assistência social seria inferior ao último valor por ela
80 encaminhado e que, na ocasião, havia sido informado que a diferença poderia decorrer de
81 eventual erro de digitação. Entretanto, considerando que a consolidação e o
82 encaminhamento da proposta ao Poder Legislativo são realizados pela Secretaria
83 Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia - SMPOT, a SMAS informou não
84 dispor, naquele momento, de informação oficial que permitisse confirmar qual valor havia
85 sido efetivamente consolidado e encaminhado à Câmara Municipal. A Secretaria
86 informou ainda que encaminharia o questionamento à Secretaria Municipal de
87 Planejamento, solicitando confirmação dos valores efetivamente constantes da proposta

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

88 da LOA 2027 encaminhada ao Legislativo e eventual justificativa para qualquer
89 diferença, comprometendo-se a dar ciência ao CMAS tão logo obtivesse resposta oficial.
90 Após a leitura da manifestação, a conselheira Ana Cristina questionou a necessidade de o
91 Conselho aguardar a providência da Secretaria Municipal de Assistência Social,
92 ponderando que caberia ao próprio CMAS decidir se desejava formalizar diretamente
93 solicitação de informações à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e
94 Tecnologia - SMPOT. Tatiana Stechi esclareceu que, a partir do despacho encaminhado
95 pela SMAS, o questionamento já havia sido remetido ao Planejamento, tendo em vista
96 que os valores constantes do processo de consolidação eram aqueles oficialmente
97 encaminhados pela Secretaria de Assistência Social e que, caso houvesse alteração
98 posterior, caberia ao órgão responsável pela consolidação informar a mudança. Ana
99 Cristina ressaltou que as posições institucionais deveriam ser preservadas e que,
100 independentemente da providência adotada pela SMAS, o Conselho poderia formular seu
101 próprio questionamento. Considerou especialmente importante que o CMAS obtivesse
102 manifestação oficial da Secretaria de Planejamento, diante da divergência entre os valores
103 discutidos no Conselho e aqueles apresentados posteriormente ao Legislativo. Defendeu,
104 assim, que fosse encaminhado documento em nome do Conselho solicitando
105 esclarecimentos à Secretaria de Planejamento. A Presidente perguntou aos presentes se
106 havia outras sugestões. A conselheira Jenifer ponderou que seria importante anexar ao
107 documento a manifestação apresentada pela SMAS. Após a discussão, ficou encaminhado
108 que o CMAS elaboraria documento dirigido à Secretaria Municipal de Planejamento,
109 Orçamento e Tecnologia - SMPOT, fazendo referência à resposta apresentada pela SMAS
110 e solicitando informações acerca dos valores efetivamente consolidados e encaminhados
111 para a Câmara Municipal de Londrina referente a LOA 2027. Na sequência, a Presidente
112 informou que, diante da existência de quórum, seria apreciado o item referente à
113 adequação do Plano de Ação do Piso Único de Assistência Social – PAS 2026. A palavra
114 foi concedida a Tatiana Stechi, que esclareceu estar representando a Gerência de Gestão
115 da Informação, responsável pelo processo de captação de recursos e adesões. Tatiana
116 informou que o Governo do Estado do Paraná havia aberto o sistema para que os

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 municípios realizassem a readequação do Plano de Ação do PAS, permitindo contemplar
118 situações de calamidade pública e emergência. Explicou que o município já possuía
119 adesão vigente ao Piso Único de Assistência Social, com plano de ação aprovado
120 anteriormente pelo Conselho, e que a alteração proposta tinha caráter preventivo,
121 permitindo que o recurso pudesse ser utilizado em eventual situação de calamidade ou
122 emergência, desde que cumpridos os procedimentos exigidos pelo Estado e pelo
123 Município. Informou que o valor de referência do PAS era de R\$ 948.000,00 e que não
124 se tratava de recurso adicional, mas de possibilidade de utilização de recurso já previsto
125 para a assistência social também em situações de calamidade. Tatiana explicou que o
126 sistema estadual estaria aberto no período de 21 a 30 de setembro de 2026 para realização
127 da adequação e que o Estado orientava que a alteração fosse submetida à apreciação e
128 deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social. Esclareceu que o Piso Único
129 poderia ser utilizado tanto na Proteção Social Básica quanto na Proteção Social Especial
130 e em despesas de custeio, capital, recursos humanos e benefícios, e que a alteração
131 proposta consistia principalmente em acrescentar as possibilidades relacionadas à
132 proteção em situação de calamidade pública e emergência e aos benefícios eventuais
133 destinados a essas situações. Informou que o plano anterior já contemplava
134 aproximadamente 27 mil famílias e que, para a nova previsão, a Secretaria havia projetado
135 o atendimento de aproximadamente 15 mil famílias em uma situação de calamidade
136 (50%), estimando cerca de 51 mil pessoas, considerando a média de 3,4 pessoas por
137 família, além da previsão de 60 mil benefícios. Explicou que a projeção considerava a
138 discussão interna da Secretaria acerca da revisão do decreto municipal relativo aos
139 benefícios eventuais, uma vez que o decreto vigente prevê até dois benefícios por família
140 em determinadas situações de intempéries ou calamidade, enquanto estava sendo
141 estudada a possibilidade de ampliação dessa quantidade em situação de calamidade
142 pública. Ressaltou que essa alteração do decreto ainda estava em estudo e não havia sido
143 concluída. Durante a apresentação, Ana Cristina solicitou esclarecimento sobre a natureza
144 do recurso, perguntando se se tratava de valor adicional repassado pelo Estado ou apenas
145 de uma nova possibilidade de utilização do recurso já existente. Tatiana esclareceu que o

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

146 recurso já era destinado à assistência social e poderia ser utilizado nas diferentes áreas e
147 modalidades previstas, mas que o Estado estava permitindo, mediante a adequação do
148 plano, sua utilização também em ações relacionadas a calamidade pública e emergência.
149 Ana Maria observou que as possibilidades de utilização já estavam previstas no plano
150 anterior, sendo acrescentada agora a possibilidade específica relacionada às calamidades.
151 Tatiane confirmou que essa era a alteração proposta. O conselheiro Carlos questionou a
152 periodicidade dos repasses e se o recurso seria disponibilizado integralmente em uma
153 situação de calamidade. Tatiane esclareceu que a previsão de R\$ 948.000,00 correspondia
154 ao teto estimado do repasse, não significando que o valor integral estaria imediatamente
155 disponível ao Município. Explicou que os repasses ocorriam de forma parcelada e
156 poderiam sofrer atrasos. Informou ainda que, para utilização do recurso em situação de
157 calamidade, não bastaria a ocorrência de uma emergência, sendo necessário o
158 cumprimento do procedimento estabelecido, inclusive a edição de decreto municipal e a
159 apresentação da documentação exigida, com articulação junto à Defesa Civil. A
160 conselheira Jenifer questionou se, diante de uma situação de calamidade, o Estado
161 anteciparia os valores necessários, considerando que os recursos seriam repassados
162 gradualmente. Tatiana informou que a orientação recebida não estabelecia antecipação
163 automática do valor integral, mas que a adequação do plano deixaria o Município
164 preparado para utilizar os recursos que estivessem disponíveis, caso fosse decretada
165 situação de calamidade. Os conselheiros também discutiram a insuficiência que um valor
166 limitado poderia representar diante de uma calamidade de grandes proporções, tendo sido
167 mencionadas situações recentes ocorridas em outros municípios do Estado, nas quais a
168 demanda por atendimento e apoio havia superado a capacidade imediata dos serviços
169 locais. Tatiana reforçou que a intenção da medida era justamente preparar
170 preventivamente o Município para eventual ocorrência dessa natureza. Foi ainda
171 questionada a forma de repasse do recurso, sendo esclarecido que os valores eram
172 previstos em parcelas e que a existência da previsão não significava garantia de
173 disponibilização imediata do montante total. Após os esclarecimentos, a Presidente
174 submeteu à votação a proposta de adequação do Plano de Ação do PAS 2026, sendo a

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

175 alteração aprovada pela plenária. A Presidente informou que as providências necessárias
176 para formalização da deliberação seriam adotadas pela Mesa Diretora, conforme os
177 procedimentos acordados pelo Conselho. Na sequência, passou-se à indicação de
178 representante do CMAS para participação na Rede Municipal de Enfrentamento à
179 Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra as Mulheres. Selma explicou que o
180 Município possui uma rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e que havia
181 sido solicitada a indicação de representante dos serviços, não havendo especificação
182 quanto à representação governamental ou da sociedade civil. A conselheira Lygia
183 informou que já participava regularmente das reuniões da rede em razão de sua atuação
184 profissional e colocou-se à disposição para representar o CMAS como titular. A
185 conselheira Rita colocou-se à disposição para atuar como suplente, caso Lygia não
186 pudesse comparecer. Foi esclarecido que as reuniões ocorrem às sextas-feiras pela manhã,
187 tendo a última sido realizada no auditório do Ministério Público. Após a manifestação dos
188 presentes, ficaram indicadas Lygia como representante titular e Rita como suplente.
189 Retomados os relatos das Comissões e da Mesa Diretora, a conselheira Ana Cristina
190 apresentou relato da Comissão de Acompanhamento do Orçamento, informando que, em
191 reunião anterior, o Conselho havia deliberado pela constituição de comissão destinada a
192 realizar articulações institucionais relacionadas ao orçamento da assistência social, tendo
193 em vista a insuficiência dos valores então previstos e a necessidade de buscar alternativas
194 para ampliação dos recursos destinados à política municipal de assistência social. Relatou
195 que a comissão havia conseguido uma agenda com o Presidente da Câmara Municipal,
196 Vereador Emanuel, embora a data inicialmente marcada tivesse sido alterada de última
197 hora, dificultando a organização dos membros. Ainda assim, foi realizada reunião com a
198 participação de Ana Cristina, Carlos e Isabel, que, embora não fosse conselheira,
199 integrava a comissão. Ana Cristina relatou que, durante a reunião, a comissão apresentou
200 ao Presidente da Câmara o histórico das discussões realizadas pelo CMAS, a necessidade
201 de ampliação dos recursos, a redução orçamentária ocorrida anteriormente e seus
202 impactos sobre a política de assistência social. Segundo o relato, o Presidente da Câmara
203 questionou se o Conselho havia conversado com o Secretário Municipal de Assistência

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

204 Social, Cláudio, e, em seguida, perguntou de onde o Conselho pretendia retirar os recursos
205 que estava solicitando. Ana Cristina informou que a comissão respondeu que justamente
206 por essa razão estava buscando diálogo institucional e que também pretendia conversar
207 com os demais vereadores. Relatou que informou ao Presidente da Câmara que havia
208 informações extraoficiais acerca da existência de recursos que poderiam ser devolvidos
209 pelo Legislativo ao Poder Executivo ao final do exercício. Segundo o relato apresentado,
210 o Presidente da Câmara informou que o Poder Executivo encaminharia ao Legislativo
211 aproximadamente R\$ 100 milhões anuais para manutenção das atividades da Câmara,
212 mas que historicamente apenas aproximadamente 40% a 45% desse montante seria
213 utilizado. Informou ainda que, em razão de economia realizada durante sua gestão,
214 haveria previsão de sobra de aproximadamente R\$ 6 milhões a R\$ 7 milhões ao final do
215 exercício. Ana Cristina relatou que, diante dessa informação, a comissão questionou sobre
216 a possibilidade de utilização desses recursos em favor da Política de Assistência Social.
217 Segundo ela, o Presidente da Câmara teria respondido que, na condição de Presidente,
218 não considerava adequado indicar diretamente a destinação desses valores, por entender
219 que cada vereador possui suas próprias pautas, mas teria apresentado duas possibilidades
220 de articulação: a utilização de emendas parlamentares e uma articulação com o Poder
221 Executivo, envolvendo as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde. Ainda
222 conforme o relato, o Presidente da Câmara teria proposto atuar como mediador de uma
223 reunião entre o Secretário Municipal de Assistência Social e a Secretária Municipal de
224 Saúde, considerando que, segundo sua avaliação, a área da saúde possuiria vinculação
225 constitucional específica e que eventual articulação entre as duas áreas poderia viabilizar
226 uma solução para a assistência social. Também teria sugerido que os recursos destinados
227 à saúde fossem compensados por outras fontes, permitindo eventual direcionamento de
228 recursos para a assistência social. A comissão informou que se colocou à disposição para
229 todas as possibilidades de articulação e que considerava importante a participação do
230 Presidente da Câmara nesse processo, mas também deixou claro que pretendia dialogar
231 individualmente com os demais vereadores. Segundo Ana Cristina, o Presidente teria
232 solicitado que o Conselho aguardasse inicialmente sua articulação e fornecido seu

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

233 telefone pessoal aos integrantes da comissão, informando que faria contato com o
234 Secretário Cláudio e com a Secretária Vivian para buscar uma reunião. O conselheiro
235 Carlos da Silva complementou o relato destacando a sua participação na reunião na
236 condição de usuário da política de assistência social. Relatou as dificuldades que
237 enfrentou para comparecer às reuniões do Conselho e destacou que, apesar disso, procura
238 cumprir os compromissos assumidos. Disse que sua participação na Câmara Municipal
239 permitiu falar diretamente sobre a importância da política de assistência social e sobre os
240 resultados que ela produz na vida das pessoas usuárias. Ana Cristina agradeceu a
241 participação e a coragem de Carlos em realizar a manifestação perante o Presidente da
242 Câmara. Na sequência, André Luiz, representante do Movimento Popular de Rua –
243 MPSR, manifestou preocupação com a postura do Presidente da Câmara em relação à
244 política de assistência social, relatando experiência anterior durante discussão sobre
245 recursos destinados à área. Rita também manifestou preocupação com a situação. Ana
246 Cristina esclareceu que a visita havia sido realizada em caráter institucional e que, por se
247 tratar do Presidente do Legislativo, a comissão havia entendido ser importante estabelecer
248 o diálogo. Ressaltou, entretanto, que o Conselho deveria aguardar a resposta prometida
249 apenas como uma das etapas do processo, sem abandonar outras estratégias de diálogo
250 institucional. Jenifer questionou a informação relativa à sobra de recursos da Câmara
251 Municipal, ponderando sobre a necessidade de compreender melhor a natureza desses
252 valores e sua eventual devolução ao Poder Executivo. Ana Cristina esclareceu que,
253 conforme informado pelo Presidente da Câmara, parte dos recursos seria vinculada a
254 despesas específicas e que a utilização ou devolução desses valores obedeceria às regras
255 orçamentárias aplicáveis. Ressaltou, contudo, que não dispunha de conhecimento técnico
256 suficiente para avaliar naquele momento a integralidade das informações apresentadas.
257 Neverton manifestou preocupação com a necessidade de o Conselho e os usuários terem
258 que buscar recursos para garantir a execução de uma política pública que, segundo sua
259 manifestação, deveria estar assegurada pelo orçamento público. Destacou que
260 trabalhadores, usuários e representantes do controle social não deveriam depender de
261 articulações pessoais para assegurar recursos necessários à assistência social. Lygia

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

262 concordou com a preocupação apresentada. Ana Cristina informou que,
263 independentemente da resposta do Presidente da Câmara, entendia ser necessário que a
264 comissão continuasse atuando e buscasse diálogo individual com os vereadores e também
265 com a Comissão de Seguridade Social da Câmara Municipal. Denise reforçou a
266 importância de o Conselho ocupar institucionalmente os espaços do Legislativo, não
267 apenas para solicitar recursos, mas também para acompanhar as votações e participar das
268 discussões relacionadas à política de assistência social. Na continuidade da discussão,
269 Lygia questionou a orientação recebida para que o Conselho aguardasse antes de procurar
270 individualmente os vereadores, entendendo que os conselheiros possuem legitimidade
271 para buscar diálogo institucional. Ana Cristina explicou que, naquele momento, a
272 comissão havia optado por aguardar a articulação proposta pelo Presidente da Câmara
273 para verificar o resultado e, a partir disso, definir os próximos passos. Denise sugeriu que,
274 além das conversas individuais, fosse buscada uma reunião com a Comissão de
275 Seguridade Social, por permitir o diálogo simultâneo com vários vereadores. Josiani
276 informou que a Mesa Diretora já havia discutido anteriormente a possibilidade de os
277 conselheiros se dividirem para realizar visitas aos vereadores e que, caso não houvesse
278 retorno até o final daquela semana, seria retomado o planejamento inicial de articulação
279 direta do Conselho. Após a discussão, ficou indicado que a comissão aguardaria o retorno
280 da articulação proposta pelo Presidente da Câmara, sem prejuízo da continuidade das
281 demais ações institucionais, incluindo contato com a Comissão de Seguridade Social e,
282 posteriormente, com os vereadores individualmente. Durante os relatos, os conselheiros
283 também discutiram a importância da participação dos usuários nos processos de diálogo
284 institucional e político. Josiani destacou que, quando o Conselho dialoga com
285 representantes políticos sobre a política de assistência social, os usuários podem
286 contribuir mostrando concretamente os resultados produzidos pelos serviços e benefícios
287 em suas vidas. Ressaltou que aqueles que não dependem diretamente da política de
288 assistência social muitas vezes não conseguem compreender sua importância da mesma
289 forma que aqueles que dela necessitam. Rita complementou afirmando que os usuários
290 frequentemente participam de audiências públicas e de discussões na Câmara Municipal,

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

291 expondo suas histórias de vida e suas experiências com os serviços públicos, mas nem
292 sempre percebem que essas manifestações são devidamente consideradas. Ana Cristina
293 retomou a discussão sobre a diferença entre os valores orçamentários e considerou grave
294 a existência de diferença entre o valor discutido no Conselho e aquele encaminhado ao
295 Legislativo e defendeu que o CMAS formalizasse questionamento à Secretaria de
296 Planejamento. Rita questionou se, diante da informação de que teria ocorrido um erro de
297 digitação inicialmente e posteriormente a manutenção do valor inferior, haveria
298 possibilidade de adoção de outras medidas para esclarecimento ou responsabilização.
299 Josiani ponderou que seria importante obter orientação jurídica sobre quais providências
300 poderiam ser adotadas. Ana Cristina informou que a informação atribuída à Secretaria de
301 Planejamento indicava que a diferença estaria relacionada a ajuste na folha de pessoal. A
302 partir disso, os conselheiros discutiram os possíveis impactos da redução orçamentária
303 sobre a capacidade de reposição de pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social.
304 Josiani mencionou a existência de déficit de vagas e a necessidade de recomposição da
305 equipe, observando que a disponibilidade orçamentária para a folha é condição necessária
306 para a reposição de servidores. Ana Cristina acrescentou que a divergência também havia
307 causado preocupação no âmbito da própria comissão de acompanhamento, especialmente
308 porque o Secretário Municipal de Assistência Social vinha relatando articulações para
309 ampliação dos recursos, enquanto, posteriormente, havia sido identificada redução do
310 valor apresentado anteriormente. Selma defendeu que a resposta formal da Secretaria de
311 Planejamento deveria ser utilizada também como elemento para reforçar a interlocução
312 com os vereadores, uma vez que a redução representaria novo argumento para demonstrar
313 a necessidade de recomposição do orçamento da assistência social. Josiani concluiu que
314 uma providência não impediria as demais e que a Comissão de Acompanhamento do
315 Orçamento deveria avaliar as diferentes estratégias institucionais possíveis. Na sequência,
316 Ana Maria apresentou novo relato da Comissão de Acompanhamento, referente às visitas
317 realizadas em organizações que haviam recebido inscrição provisória no CMAS.
318 Informou que a Casa de Apoio Madre Maria Gertrudes havia recebido inscrição
319 provisória no campo da Defesa e Garantia de Direitos e que, após o período concedido

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

320 para adequação e elaboração de plano de trabalho, a documentação havia sido
321 encaminhada para os procedimentos de cadastro e visita técnica. Segundo o relato,
322 durante a visita técnica foram identificadas situações que a Comissão entendia já terem
323 sido superadas. Em razão disso, o relatório foi encaminhado novamente à Comissão, que
324 realizou nova visita na semana anterior. Ana Maria informou que não participou
325 pessoalmente da visita, mas recebeu o relato das conselheiras que participaram, segundo
326 o qual a instituição não teria profissional de Serviço Social contratado de forma
327 compatível com as exigências apresentadas e que teria havido dificuldades para esclarecer
328 informações relacionadas à função e à jornada da profissional indicada. Também foram
329 identificadas questões relacionadas à execução das atividades previstas para o campo da
330 Defesa e Garantia de Direitos, tendo sido observado que a instituição continuava
331 desenvolvendo diversas atividades sem demonstrar a execução específica correspondente
332 ao objeto da inscrição provisória. Diante dessas constatações, a Comissão entendeu pelo
333 cancelamento da inscrição. Ana Maria ressaltou que a decisão não decorria de qualquer
334 intenção de prejudicar a instituição, mas da necessidade de que os critérios fossem
335 aplicados de forma igualitária a todas as organizações inscritas ou que pleiteassem
336 inscrição. Destacou que, para permanecer vinculada à política de assistência social no
337 campo da Defesa e Garantia de Direitos, a organização deveria demonstrar efetivamente
338 a execução das ações correspondentes ao registro concedido. Selma acrescentou que a
339 instituição possuía relevância no território e realizava diversas atividades nas áreas da
340 saúde, assistência social, horta comunitária e inclusão produtiva, sendo procurada por
341 famílias, mas que apresentava dificuldade em delimitar uma oferta específica de acordo
342 com os parâmetros da política de assistência social. Explicou que a instituição havia
343 recebido prazo de seis meses para adequação, mas que, ao final do período, não havia
344 conseguido estruturar a oferta nos termos pactuados. Ana Cristina observou que a
345 instituição parecia possuir forte identidade com o modelo de atendimento que já realizava
346 e que a adequação às normas da política poderia ser percebida pela organização como
347 uma descaracterização de sua atuação. Ana Maria acrescentou que a Comissão havia
348 dialogado com a instituição em diversas oportunidades, estimando cinco ou seis

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

349 momentos de orientação e construção conjunta de alternativas, mas, apesar dos esforços
350 realizados, a adequação não havia se consolidado. Ana Maria apresentou também relato
351 referente à OSC HOPE, igualmente inscrita no campo da Defesa e Garantia de Direitos.
352 Informou que, após o período de adequação, a equipe responsável pela visita técnica
353 compareceu ao endereço indicado e constatou que a instituição se encontrava fechada,
354 não tendo sido possível localizar responsáveis ou obter informações suficientes sobre a
355 continuidade da execução das atividades. Diante disso, a Comissão propôs também o
356 cancelamento da inscrição, entendendo que a manutenção de um registro sem a efetiva
357 execução das atividades poderia gerar problemas posteriores para o Conselho. Os
358 conselheiros questionaram sobre a possibilidade de a instituição estar realizando
359 atendimento de forma remota e sobre as atividades que pretendia desenvolver. Ana Maria
360 informou que a organização possuía atuação em diferentes áreas, inclusive com possível
361 vinculação à saúde, mas que o registro no CMAS estava relacionado ao campo da Defesa
362 e Garantia de Direitos. Jenifer observou que a instituição havia recebido orientações e
363 contado com apoio jurídico durante o processo de adequação, lamentando que,
364 posteriormente, não tivesse conseguido cumprir as providências necessárias. Ana Maria
365 informou ainda que, diante do aumento do número de pedidos de inscrição e da
366 complexidade das avaliações realizadas pelas Comissões, especialmente no campo da
367 Defesa e Garantia de Direitos, a Comissão de Inscrição e a Comissão de Legislação
368 estavam avaliando a elaboração de um mapeamento e de um checklist com requisitos
369 mínimos, a fim de padronizar as orientações às organizações e conferir maior segurança
370 e respaldo ao Conselho nos processos de avaliação. Selma complementou as informações
371 sobre a Casa de Apoio Madre Maria Gertrudes, destacando que a instituição possui
372 atuação relevante e é conhecida pelas famílias do território, mas que não conseguiu
373 demonstrar uma oferta específica e contínua dentro dos parâmetros da política de
374 assistência social. Informou que a Comissão havia buscado orientar a entidade em
375 diferentes oportunidades e que, caso a organização futuramente se estruture e cumpra as
376 exigências, poderá novamente solicitar sua inscrição. Encerrados os esclarecimentos, a
377 Presidente submeteu à apreciação da plenária os pareceres da Comissão de



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

378 Acompanhamento relativos ao cancelamento das inscrições da Casa de Apoio Madre
379 Maria Gertrudes e da OSC Instituto HOPE. A proposta foi submetida à votação e
380 aprovada pela plenária. Ao final dos relatos, Lygia manifestou-se emocionada diante das
381 discussões realizadas durante a reunião, observando que os debates haviam tratado de
382 situações difíceis e de importantes desafios para a política de assistência social. A
383 Presidente Josiani reconheceu o sentimento manifestado, destacando que a reunião havia
384 sido marcada por discussões complexas relacionadas ao orçamento, à atuação
385 institucional do Conselho, às dificuldades enfrentadas pelas organizações da sociedade
386 civil e às condições necessárias para manutenção e fortalecimento da política de
387 assistência social. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença e a
388 participação de todos e declarou encerrada a reunião. E eu, Ana Cristina Gois Fuentes,
389 primeira Secretária do CMAS, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pela
390 Plenária, será publicada na forma regulamentar.